

Apêndice 4 – Questionário para a esfera Estadual/DF e Municipal

QUESTIONÁRIO

Avaliação do grau de maturidade institucional para a implementação da Lei 14.133/2021 em contratações públicas.

* Obrigatória

ATENÇÃO!

Devido à limitação da ferramenta utilizada para elaboração deste questionário (Microsoft Forms), **NÃO É POSSÍVEL SALVAR OU ENVIAR SUAS RESPOSTAS DE MANEIRA PARCIAL.**

A INTERRUPÇÃO DO PREENCHIMENTO E FECHAMENTO DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO COM RESPOSTAS PARCIAIS CAUSAM A PERDA DE TODOS OS DADOS LANÇADOS PREVI- AMENTE, PROVOCANDO A NECESSIDADE DE SE INICIAR NOVA SESSÃO DE PREENCHI- MENTO PARA PERMITIR A REMESSA DESTA PESQUISA.

Portanto, orienta-se que o presente **QUESTIONÁRIO** seja impresso, **a partir do arquivo já enviado por e-mail**, e distribuído aos responsáveis/Setores competentes, a fim de permitir a coleta de todas as informações necessárias ao seu **COMPLETO PREENCHIMENTO**, possibilitando, assim, seu processamento integral e remessa eletrônica ao TCU em **UM ÚNICO E POSTERIOR MOMENTO.**

VALIDAÇÃO

Informe o Código de Validação da Pesquisa: *

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Esfera Administrativa do Estado, Município ou da Unidade Gestora respondente: *

Selecione a Esfera Administrativa da lista abaixo disponibilizada:

- Órgãos, Entidades ou Unidades Gestoras da União, selecionar Federal;
 - Órgãos, Entidades ou Unidades Gestoras integrantes da estrutura estadual, selecionar Estadual/DF; e
 - Prefeituras, Órgãos/Entidades ou Unidades Gestoras municipais, selecionar Municipal.
- Federal
 Estadual/DF
 Municipal

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

OPÇÃO EXCLUSIVA DAS ESFERAS ESTADUAL OU MUNICIPAL

Unidade da Federação de localização do Estado, Município ou da Unidade Gestora respondente: *

Selecione a UF da lista abaixo disponibilizada:

- Acre – AC
- Alagoas - AL
- Amapá – AP
- Amazonas - AM
- Bahia – BA
- Ceará – CE
- Distrito Federal – DF
- Espírito Santo - ES
- Goiás – GO
- Maranhão – MA
- Mato Grosso - MT
- Mato Grosso do Sul - MS
- Minas Gerais - MG
- Pará - PA
- Paraíba - PB
- Paraná - PR
- Pernambuco - PE
- Piauí - PI

- Rio de Janeiro - RJ
- Rio Grande do Norte - RN
- Rio Grande do Sul - RS
- Rondônia - RO
- Roraima - RR
- Santa Catarina - SC
- São Paulo - SP
- Sergipe - SE
- Tocantins - TO

OPÇÃO EXCLUSIVA DA ESFERA ESTADUAL

Classificação Geral do Estado ou da Unidade Gestora respondente: *
Selecione da lista abaixo disponibilizada:

- Acre - Órgão/Entidade Estadual (12068)
- Alagoas - Órgão/Entidade Estadual (27082)
- Amapá - Órgão/Entidade Estadual (16096)
- Amazonas - Órgão/Entidade Estadual (13092)
- Bahia - Órgão/Entidade Estadual (29071)
- Ceará - Órgão/Entidade Estadual (23085)
- Distrito Federal - Órgão/Entidade Estadual (53061)
- Espírito Santo - Órgão/Entidade Estadual (32027)
- Goiás - Órgão/Entidade Estadual (52062)
- Maranhão - Órgão/Entidade Estadual (21098)
- Mato Grosso - Órgão/Entidade Estadual (51065)
- Mato Grosso do Sul - Órgão/Entidade Estadual (50067)
- Minas Gerais - Órgão/Entidade Estadual (31031)
- Pará - Órgão/Entidade Estadual (15091)
- Paraíba - Órgão/Entidade Estadual (25083)
- Paraná - Órgão/Entidade Estadual (41041)
- Pernambuco - Órgão/Entidade Estadual (26087)
- Piauí - Órgão/Entidade Estadual (22086)
- Rio de Janeiro - Órgão/Entidade Estadual (33021)
- Rio Grande do Norte - Órgão/Entidade Estadual (24084)
- Rio Grande do Sul - Órgão/Entidade Estadual (43051)
- Rondônia - Órgão/Entidade Estadual (11069)
- Roraima - Órgão/Entidade Estadual (14095)
- Santa Catarina - Órgão/Entidade Estadual (42048)
- São Paulo - Órgão/Entidade Estadual (35011)
- Sergipe - Órgão/Entidade Estadual (28079)
- Tocantins - Órgão/Entidade Estadual (17063)



OPÇÃO EXCLUSIVA DA ESFERA ESTADUAL

Personalidade Jurídica do Estado ou da Unidade Gestora respondente da esfera Estadual: *

Razão Social do Órgão ou Entidade respondente

CNPJ do Estado ou da Unidade Gestora respondente da esfera Estadual: *

Insira apenas números, sem pontos, traços ou barras.

O valor deve ser um número

OPÇÃO EXCLUSIVA DA ESFERA MUNICIPAL

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Município / Prefeitura respondente (Estado de São Paulo) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado de Minas Gerais) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado da Bahia) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado do Rio Grande do Sul) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado do Pará) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado de Pernambuco) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado do Ceará) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado do Paraná) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado do Maranhão) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado de Santa Catarina) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado do Rio de Janeiro) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado de Goiás) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado de Alagoas) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado do Espírito Santo) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado do Amazonas) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado de Mato Grosso) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado do Mato Grosso do Sul) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado da Paraíba) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado do Rio Grande do Norte) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado do Piauí) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado do Sergipe) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado de Rondônia) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado de Tocantins) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado do Acre) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado do Amapá) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

Município / Prefeitura respondente (Estado de Roraima) *

Selecione o nome do Município / Prefeitura da lista abaixo disponibilizada:

OPÇÃO EXCLUSIVA DA ESFERA MUNICIPAL

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

CNPJ do Município respondente: *

Insira apenas números, sem pontos, traços ou barras.

O valor deve ser um número

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**Nome do Responsável: ***

Insira o nome da Autoridade ou Servidor que coordenou a coleta das respostas, preencheu ou remeteu este questionário eletrônico.

E-mail institucional do Estado, Município ou da Unidade Gestora respondente: *

Insira o e-mail de contato do Estado, Município ou da Unidade Gestora respondente, ou do Responsável/Setor que coordenou seu preenchimento ou remeteu este questionário eletrônico.

Telefone de Contato do Estado, Município ou da Unidade Gestora respondente: *

Insira somente números com o DDD (exemplo: 61987202040)

Telefone fixo ou celular do Responsável/Setor que possa eventualmente prestar esclarecimentos adicionais sobre o conteúdo deste questionário.

O valor deve ser um número

DIMENSÃO A: GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES

A **dimensão A** deste **questionário**, de responsabilidade da alta administração do Estado, Município ou da Unidade Gestora respondente, trata de temas vinculados à estrutura organizacional necessária para realizar suas contratações, bem como explora aspectos relacionados à profissionalização dos agentes públicos, setores administrativos e especializados envolvidos em procedimentos exigidos pela Lei 14.133/2021 e utilizados regularmente para assegurar a conformidade e o alcance dos resultados das contratações públicas.

Foi constituído grupo de trabalho, comissão ou instrumento equivalente para estudos, diagnósticos e/ou planejamento da implementação da Lei nº 14.133/2021? *

- Sim
 Não

Tendo em vista a competência de regulamentação prevista na Lei 14.133/2021, em relação às regras relativas à atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio e ao funcionamento da Comissão de Contratação (art. 8º, § 3º, da Lei 14.133/2021), foi editada alguma norma própria pelo Estado, Município ou Unidade Gestora respondente adaptada à sua realidade ou ocorreu a incorporação de regramento federal, ou estadual, já editado? *

- Sim, norma própria adaptada à sua realidade.
 Sim, regramento federal, ou estadual, sem adaptação à realidade local.
 Não, tema ainda sem regulamentação.

Tendo em vista a competência de regulamentação prevista na Lei 14.133/2021, em relação às regras relativas à atuação de fiscais e gestores de contratos (art. 8º, § 3º, da Lei 14.133/2021), foi editada alguma norma própria pelo Estado, Município ou Unidade Gestora respondente adaptada à sua realidade ou ocorreu a incorporação de regulamentação federal, ou estadual, já editado? *

- Sim, norma própria adaptada à sua realidade.
 Sim, regramento federal, ou estadual, sem adaptação à realidade local.
 Não, tema ainda sem regulamentação.

Tendo em vista a competência de regulamentação prevista na Lei 14.133/2021, em relação à elaboração do Plano de Contratações Anual (art. 12, inc. VII, da Lei 14.133/2021), foi editada alguma norma própria pelo Estado, Município ou Unidade Gestora respondente adaptada à sua realidade ou ocorreu a incorporação de regulamentação federal, ou estadual, já editado? *

- Sim, norma própria adaptada à sua realidade.
 Sim, regramento federal, ou estadual, sem adaptação à realidade local.
 Não, tema ainda sem regulamentação.

Tendo em vista a competência de regulamentação prevista na Lei 14.133/2021, em relação ao enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo (art. 20, § 1º, da Lei 14.133/2021), foi editada alguma norma própria pelo Estado, Município ou Unidade Gestora respondente adaptada à sua realidade ou ocorreu a incorporação de regulamentação federal, ou estadual, já editado? *

- Sim, norma própria adaptada à sua realidade.
 Sim, regramento federal, ou estadual, sem adaptação à realidade local.
 Não, tema ainda sem regulamentação.

Tendo em vista a competência de regulamentação prevista na Lei 14.133/2021, em relação à pesquisa de preços para formação do valor estimado de referência (art. 23 da Lei 14.133/2021), foi editada alguma norma própria pelo Estado, Município ou Unidade Gestora

respondente adaptada à sua realidade ou ocorreu a incorporação de regulamentação federal, ou estadual, já editado? *

- Sim, norma própria adaptada à sua realidade.
- Sim, regramento federal, ou estadual, sem adaptação à realidade local.
- Não, tema ainda sem regulamentação.

Tendo em vista a competência de regulamentação prevista na Lei 14.133/2021, em relação ao Sistema de Registro de Preços – SRP (art. 78, inciso IV, § 1º, da Lei 14.133/2021), foi editada alguma norma própria pelo Estado, Município ou Unidade Gestora respondente adaptada à sua realidade ou ocorreu a incorporação de regulamentação federal, ou estadual, já editado? *

- Sim, norma própria adaptada à sua realidade.
- Sim, regramento federal, ou estadual, sem adaptação à realidade local.
- Não, tema ainda sem regulamentação.

Tendo em vista a competência de regulamentação prevista na Lei 14.133/2021, em relação à instituição de centrais de compras (art. 181 da Lei 14.133/2021), foi editada alguma norma própria pelo Estado, Município ou Unidade Gestora respondente adaptada à sua realidade ou ocorreu a incorporação de regulamentação federal, ou estadual, já editado? *

- Sim, norma própria adaptada à sua realidade.
- Sim, regramento federal, ou estadual, sem adaptação à realidade local.
- Não, tema ainda sem regulamentação.

Com relação ao quantitativo de procedimentos licitatórios realizados com base na Lei 14.133/2021, a partir de 1º/1/2024: *

- Assinale a alternativa mais adequada à realidade da área de licitações e contratos do Estado, Município ou da Unidade Gestora respondente
- Referências legais: arts. 17, §§ 2º e 5º; 31, § 2º, inc. IV, da Lei 14.133/2021.

- as licitações são realizadas apenas na forma eletrônica (*a)
- são realizadas licitações tanto na forma presencial quanto na forma eletrônica, sendo a maioria na forma eletrônica
- os percentuais de realização de licitações eletrônicas e presenciais são próximos
- são realizadas licitações tanto na forma presencial quanto na forma eletrônica, sendo a maioria na forma presencial
- as licitações são realizadas apenas na forma presencial

QUESTÃO DISPONÍVEL APENAS PARA OS RESPONDENTES QUE NÃO TIVEREM ASSINALADO A ALTERNATIVA DESTACADA NA QUESTÃO ANTERIOR (*a)

Para os casos de contratações na forma presencial com base na Lei 14.133/2021, a partir de 1º/1/2024, o Estado, Município ou a Unidade Gestora respondente realiza gravação, em áudio e vídeo, das sessões presenciais? *

Referência legal: art. 17, § 5º, da Lei 14.133/2021

- Sim
- Não

As funções de Agente de Contratação e de Pregoeiro são exercidas somente por Servidores efetivos do Estado, Município ou da Unidade Gestora respondente? *

Referência legal: art. 7º, caput, inc. I e 8º, caput, da Lei 14.133/2021

- Sim
- Não

Os pareceres jurídicos nas contratações são elaborados: *

- 1- Pareceres jurídicos vinculados à área de licitações e contratos
- 2- Assinale a alternativa mais adequada à realidade estrutural do Estado, Município ou da Unidade Gestora respondente :
- 3- Referência legal: art. 7, § 2º, 19, inc. IV, e 53, caput, §§ 1º e 4º da Lei 14.133/2021.

- apenas por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo
- em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo
- por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo e por comissionados, ou por agentes temporários, em percentual próximo/equivalente.
- em sua maioria, por servidores comissionados, ou por agentes temporários.
- apenas por servidores ocupantes de cargo de provimento comissionado, ou por agentes temporários.
- por assessoria terceirizada (ex: empresa/escritório contratado)
- o Estado, Município ou a Unidade Gestora respondente não possui Assessoria Jurídica, quer própria, quer terceirizada, para elaboração de pareceres jurídicos nas contratações.

No órgão de Controle Interno, as atividades: *

- Assinale a alternativa mais adequada à realidade estrutural do Estado, Município ou da Unidade Gestora respondente;
- Referência legal: arts. 7, § 2º; 8º, § 3º; 19, inc. IV; 117, § 3º; 141, § 1º; e 169, inc. II, da Lei 14.133/2021.

- são exercidas apenas por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo
- são exercidas, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo
- são exercidas, em percentual próximo, por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo e por comissionados, ou por agentes temporários.
- são exercidas, em sua maioria, por servidores comissionados, ou por agentes temporários.
- são exercidas apenas por servidores ocupantes de cargo de provimento comissionado, ou por agentes temporários.
- são exercidas por assessoria terceirizada (ex: empresa/escritório contratado, etc.)
- o Estado, Município ou a Unidade Gestora respondente não possui Controle Interno próprio nem terceirizado/contratado.

Assinale seu nível de concordância quanto às afirmações abaixo especificadas:

5 opções de resposta (Concordo Totalmente; Concordo Parcialmente; Não Concordo, Nem Discordo; Discordo Parcialmente; e Discordo Totalmente) *

Na interpretação das afirmações abaixo, favor considerar as seguintes definições/conceitos:

1 - Agentes Públicos: deve-se entender por agentes públicos as autoridades que atuam na estrutura de governança do Estado, Município ou da Unidade Gestora respondente; os agentes de contratação, equipe de apoio, os gestores e fiscais de contratos; integrantes da assessoria jurídica e do controle interno (Referências legais: arts. 7º, caput e II; 11, parágrafo único; 18, § 1º, inc. X, e 169, § 3º, inc. I da Lei 14.133/2021); e

2 - Requisitos legais dos Agentes Públicos (arts. 7º e 8º da Lei 14.133/2021): segundo o texto legal, são requisitos previstos serem, preferencialmente, Servidores efetivos ou Empregados Públicos dos quadros permanentes e possuírem formação ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo.

	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Não Concordo, Nem Discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
Os agentes públicos que atuam na área de licitações e contratos tiveram acesso a ações de capacitação com base na Lei 14.133/2021	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ocorre com frequência a rotatividade de agentes públicos que desempenham atividades relacionadas a licitações e contratos que acaba por prejudicar o desempenho da unidade responsável pelas contratações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os agentes públicos que atuam na área de licitações e contratos satisfazem os requisitos previstos nos arts. 7º e 8º da Lei 14.133/2021	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A quantidade atual de agentes públicos que satisfazem os requisitos dos arts. 7º e 8º é considerada adequada em função do volume de contratações realizadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

DIMENSÃO B: PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

A **dimensão B** deste **questionário** aborda tópicos associados à implementação de procedimentos e estruturas organizacionais que favoreçam o planejamento das contratações públicas. Abarca o planejamento na fase preparatória, tanto em relação ao conjunto de licitações realizadas por exercício pelo Estado, Município ou Unidade Gestora respondente, como também em cada processo específico de licitação.

Com relação ao Plano de Contratações Anual – PCA: *

1 - Deve ser entendido como ‘implementação’ não só a edição formal do documento (Plano Anual de Contratações), MAS sua efetiva utilização como instrumento de planejamento a cada requisição de compra/serviço/obra, incorporando-o às rotinas de contratações

2 - Referência legal: art. 12, caput, inc. VII da Lei 14.133/2021

- foi implementado para o exercício de 2024**
 vem sendo elaborado para implementação no exercício de 2025
 não é utilizado como instrumento de planejamento das contratações

O Estado, Município ou a Unidade Gestora respondente se utiliza de modelos de minutas adaptados às disposições da Lei 14.133/2021 na instrução de seus processos de contratação?

*

1 - O questionamento se refere a minutas de editais, termos de referência, de contratos e minutas para elaboração de Estudo Técnico Preliminar; e

2 - Referências legais: art. 6º, inc. XX; art. 18, I, §§ 1º a 3º; 19, inc. IV, art. 21; art. 36, §1º; art. 53, §5º, parte final; e art. 72, inc. I, da Lei 14.133/2021.

- Sim (*a)
 Não

QUESTÃO DISPONÍVEL APENAS PARA OS RESPONDENTES QUE TIVEREM ASSINALADO A ALTERNATIVA DESTACADA NA QUESTÃO ANTERIOR (*a)

Quais dos modelos de minutas abaixo indicados, sejam de elaboração própria ou minutas disponibilizadas pelo Poder Executivo Federal, o Estado, Município ou a Unidade Gestora respondente utiliza na instrução de seus processos de contratação?

*

1 - Assinale as opções aplicáveis à realidade da área de licitações e contratos do Estado, Município ou da Unidade Gestora respondente.

2 - É possível assinalar mais de uma opção para a presente questão.

3 - Referências legais: art. 6º, inc. XX; art. 18, I, §§ 1º a 3º; 19, inc. IV, art. 21; art. 36, §1º; e art. 72, inc. I, da Lei 14.133/2021.

- modelos de minutas de editais
 modelos de minutas de termos de referência
 modelos de minutas de contratos
 modelos de minutas para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Na fase preparatória do processo licitatório, nas contratações realizadas com base na Lei 14.133/2021, vem sendo elaborado Estudo Técnico Preliminar (ETP) nos casos em que se faz obrigatório? *

Referência legal: art. 6º, inc. XX; art. 18, inc. I e §§1º a 3º; e art. 72, inc. I da Lei 14.133/2021.

- Sim, para todos os casos.
- Sim, para mais de 50% dos casos.
- Sim, em torno de 50% dos casos.
- Sim, para menos de 50% dos casos.
- Não vem sendo elaborado ETP para os casos obrigatórios.

Foi elaborado catálogo próprio eletrônico de padronização de compras, serviços e obras ou foi adotado o do Poder Executivo federal? *

O catálogo eletrônico de padronização de compras é um instrumento previsto para otimizar e padronizar as aquisições de bens e contratações de serviços comuns realizados pela administração pública, viabilizando uma atuação estratégica e imprimindo ganhos de qualidade e maior eficiência da gestão pública por garantir economia de tempo e de recursos.

Referência legal: art. 19, caput, inc. II, e §§ 1º e 2º da Lei 14.133/2021

- Sim
- Não

O Estado, Município ou a Unidade Gestora respondente adota práticas de contratações centralizadas ou compartilhadas? *

Referência legal: art. 181 da Lei 14.133/2021.

Contratações centralizadas ou compartilhadas se referem à criação de órgão/setor único de contratação nas instituições públicas, representando uma estratégia de boa governança das contratações.

A central de compras, unidade que viabiliza contratações centralizadas ou compartilhadas, demanda uma estrutura institucionalizada e organizada por parte dos entes públicos.

Tal unidade deverá mapear as demandas, planejar as compras, criar cronogramas, adequar as necessidades das áreas demandantes, realizar a licitação, formalizar o contrato e promover a gestão contratual.

Contratações centralizadas ou compartilhadas representam um método de aquisição de bens ou serviços, no qual diversas órgãos, unidades gestoras, setores ou departamentos se unem, mediante uma estrutura institucional, para promover compras centralizadas, de grande volume, visando atender de forma integrada todas as demandas setoriais. Trata-se de uma solução vantajosa para a Administração Pública, pois tende a gerar maior eficiência nas contratações, devido à economia de escala, por conta da redução de custos operacionais e de aquisição de bens e serviços. Promove, ainda, a especialização dos agentes públicos envolvidos (qualidade e especialização dos processos e fortalecimento da gestão por competência).

- Sim, para todos os tipos de objetos de contratações
- Sim, para alguns tipos de objetos de contratações
- Não

O Estado, Município ou a Unidade Gestora respondente realiza contratações sustentáveis? *

Referências legais: art. 5º, caput; art. 6º, inc. XXIV, alínea ‘e’ e inc. XXV; art. 11, inc. IV; art. 18, §1º, inc. XII; art. 42, inc. III; art. 45, inc. I e II; e art. 144, caput, da Lei 14.133/2021

Podem ser citadas como práticas sustentáveis nas contratações: (i) a elaboração de plano de gestão de logística sustentável (PLS) ou documento equivalente; (ii) medidas visando o baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando cabível, e a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados por obras públicas.



Exemplos específicos: no caso de contrato de limpeza, se há previsão de ações para evitar o desperdício de água tratada, reduzir o consumo de energia elétrica, de água e de produção de resíduos sólidos, realização da separação de resíduos recicláveis e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, entre outras ações.

- Sim
- Não

DIMENSÃO C: FORTALECIMENTO DOS CONTROLES

A **dimensão C** deste **questionário** aborda tópicos associados ao fortalecimento dos mecanismos de controle e gestão de riscos do Estado, Município ou da Unidade Gestora respondente. Essa prática propicia um ambiente de contratações íntegro e confiável, favorecendo o estabelecimento de fluxos de trabalho e procedimentos preventivos capazes de evitar ocorrências que possam comprometer o alcance dos resultados pretendidos com as contratações públicas.

Os agentes públicos que atuam na primeira linha de defesa (1) se orientam por práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo (2)? *

– Referências legais: art. 169, inc. I, e §1º, da Lei 14.133/2021;

- Entende-se por agentes públicos integrantes da primeira linha de defesa os servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança na área das contratações públicas;

- Práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo estão associadas à identificação prévia e redução de impropriedades

formais que ocorrerem com frequência em processos licitatórios/contratação, ou de irregularidades que configurem dano à Administração;

– Para os fins desta pergunta, deve-se entender por práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo de primeira linha de defesa, a adoção de medidas a exemplo de: elaboração de mapa/matriz de riscos, contemplando as diversas fases do processo de contratação (fase preparatória, externa ou de disputa, e de execução contratual), a fim de propiciar o gerenciamento integral de risco das licitações/contratações promovidas;

medidas de promoção de integridade pública institucional;

publicização dos atos do procedimento licitatório e de contratação para permitir os controles externo e social;

observância do princípio da segregação de funções;

rotinas administrativas para exame e detecção de situações de vedação,

incompatibilidades ou conflitos de interesse, como as indicadas nos arts. 7º, inc. III; e art. 9º, § 1º, da Lei 14.133/2021;

implementação de adequada pesquisa de preços, com observância do art. 23 da Lei 14.133/2021, dentre outras normas aplicáveis; e

capacitação contínua dos agentes de contratação com observância dos requisitos previstos nos arts. 7º e 8º da Lei 14.144/2021.

Sim

Não

Os agentes públicos que atuam na segunda linha de defesa (1) se orientam por práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo (2)? *

- Entende-se por agentes públicos integrantes da segunda linha de defesa as unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do Estado, Município ou da Unidade Gestora respondente. Tem função prioritária de orientar e auxiliar os agentes da primeira linha de defesa, atuando como facilitadores da atuação dos demais agentes e servidores envolvidos no processo de contratação pública.

– Para os fins desta pergunta, deve se entender por práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo de segunda linha de defesa a adoção de medidas a exemplo de:

auxiliar, no Estado, Município ou Unidade Gestora respondente, a elaboração de modelos institucionais de minutas de Editais, Termos de Referência e de Contratos, dentre outros (art. 19, inc. IV);

emitir pareceres visando o controle da legalidade dos procedimentos, atendo-se à observância de aspectos relevantes da lei que possam impactar na obtenção do resultado mais vantajoso para a Administração, com eficiência, eficácia e efetividade nas contratações públicas (art. 53, caput, e §§ 1º e 4º); e

auxiliar os fiscais de contrato no intuito de dirimir dúvidas, subsidiando-lhes com as informações necessárias para prevenir riscos na execução contratual (art. 117, § 3º).

3 – Referências legais: art. 169, inc. II, e §1º, da Lei 14.133/2021

Sim

Não

Há segregação de funções entre os servidores que realizam os procedimentos relacionados às fases de planejamento da licitação e de seleção dos fornecedores? *

Referência legal: arts. 5º, caput; 7º, § 1º; e 169, § 3º, inc. II da Lei 14.133/2021

Sim

Não

Há segregação de funções entre os servidores que realizam os procedimentos relacionados às fases de seleção dos fornecedores e de fiscalização da execução contratual? *

Referência legal: arts. 5º, caput; 7º, § 1º; e 169, § 3º, inc. II da Lei 14.133/2021

Sim

Não

DIMENSÃO D: ADOÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS/PRODUÇÃO E DISPONIBILIDADE DE DADOS

A **dimensão D** deste **questionário** contempla perguntas voltadas ao diagnóstico dos recursos de tecnologia adotados pelo Estado, Município ou Unidade Gestora respondente, tendentes a facilitar o processamento das licitações e dos contratos decorrentes, além de fomentar a transparência de suas contratações públicas.

É utilizado sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos nas contratações públicas que ofereça suporte à produção, edição, assinatura e trâmite de tais processos e documentos? *

1 - Esta questão se presta a verificar se o Estado, Município ou a Unidade Gestora respondente já trabalha com a virtualização dos processos de contratação, desde a sua autuação, compreendendo, em meio eletrônico, todos os atos praticados e documentos produzidos, a exemplo da plataforma federal SEI - Sistema Eletrônico de Informações. Em outras palavras: se já abandonou os processos físicos e a produção de atos e documentos ainda em papel.

NÃO DEVE SER CONFUNDIDA com a próxima pergunta, relacionada ao uso de plataformas eletrônicas para processamento da fase externa da licitação (de disputa do objeto).

2 - Referência legal: art. 12, VI da Lei 14.133/2021

- Sim, integralmente para todos os tipos de contratações**
- Sim, implementado para alguns tipos de contratações**
- Não**

O Estado, Município ou a Unidade Gestora respondente utiliza plataforma pública para realização da fase de disputa e seleção de fornecedores de suas contratações? *

- Entende-se por plataforma pública o sistema de TI voltado ao processamento e divulgação de informações e documentos de contratações públicas, desenvolvido e regularmente mantido pelo próprio Estado, Município ou Unidade Gestora

respondente, ou por outro Órgão ou Entidade da Administração Pública, a exemplo do Portal de Compras do Governo Federal (compras.gov.br) ou ofertados por Governos Estaduais, cujo acesso e utilização sejam franqueados de modo gratuito a potenciais interessados, sem cobrança de quaisquer tarifas ou taxas adicionais para seu custeio;

- Para os fins desta pergunta, as plataformas **licitações-e (Banco do Brasil) e Licitações Caixa (Caixa Econômica Federal)** são consideradas de natureza privada.

- Sim, para todas as contratações (*a)
- Sim, para uma parcela das contratações
- Não

QUESTÃO DISPONÍVEL APENAS PARA OS RESPONDENTES QUE NÃO TIVEREM ASSINALADO A ALTERNATIVA DESTACADA NA QUESTÃO ANTERIOR (*a)

O Estado, Município ou a Unidade Gestora respondente, de modo prévio à contratação de plataforma privada, elaborou Estudo Técnico Preliminar - ETP, de modo a fundamentar objetivamente a sua utilização? *

Referência legal: art. 175, § 1º, da Lei 14.133/2021

- Sim
- Não

O Estado, Município ou a Unidade Gestora respondente divulga informações ou documentos relacionados a suas licitações e contratações em sítio eletrônico ou Portal da Transparência em seu nome na Internet? *

- Esta pergunta tem por foco o sítio eletrônico ou Portal da Transparência desenvolvido e regularmente mantido pelo próprio Estado, Município ou Unidade Gestora respondente, devendo ter domínio em seu nome na Internet para acesso público dos respectivos dados;

- Em complemento, deve ser considerado o sítio eletrônico do ente federativo do Estado, Município ou Unidade Gestora responsável pela licitação na internet, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual o ente federativo divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades, de propriedade do respondente, conforme disposto no art. 54, § 2º, da Lei 14.133/2021;

- Esta pergunta NÃO TRATA do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, que será objeto de perguntas seguintes;

- As informações e documentos objeto desta pergunta se referem às seguintes publicações: editais e anexos; Plano de Contratações Anual; instrumentos de contrato e termos aditivos; ato que autoriza a contratação direta; editais de chamamento para credenciamento; aviso público de obra paralisada; e repostas a impugnações e pedidos de esclarecimentos.

- Referências legais: art. 12, § 1º; art. 25, § 3º; art. 31, § 2º; art. 54, § 2º; art. 72, § único; art. 75, § 3º; art. 79, § único, inc. I; art. 91, caput; art. 115, § 6º e art. 164, § único) da Lei 14.133/2021.

Sim (*a)

Não

QUESTÃO DISPONÍVEL APENAS PARA OS RESPONDENTES QUE TIVEREM ASSINALADO A ALTERNATIVA DESTACADA NA QUESTÃO ANTERIOR (*a)

Quais informações e documentos principais listados abaixo são disponibilizados, na Internet, em sítio eletrônico ou Portal da Transparência em nome do Estado, Município ou da Unidade Gestora respondente? *

- É possível assinalar mais de uma opção para a presente questão;

- Esta pergunta NÃO TRATA do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, que será objeto de perguntas seguintes;

- Referências legais: art. 12, § 1º; art. 25, § 3º; art. 31, § 2º; art. 54, § 2º; art. 72, § único; art. 75, § 3º; art. 79, § único, inc. I; art. 91, caput; art. 115, § 6º e art. 164, § único) da Lei 14.133/2021.

- Editais e anexos (minuta de contrato, Termo de Referência, Projeto Básico, anteprojeto e projetos, e outros anexos)
- Estudo Técnico Preliminar - –TP
- Plano de Contratações Anual – PCA
- Instrumentos de Contrato e Termos aditivos
- Ato que autoriza a Contratação Direta
- Extrato de Contrato decorrente de Contratação Direta
- divulgação de Aviso de Contratações Diretas por valor
- Editais de Chamamento para Credenciamento
- Aviso Público de obra paralisada
- Respostas a Impugnações e Pedidos de Esclarecimento

O Estado, Município ou a Unidade Gestora respondente publica informações relacionadas a licitações e contratações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)? *

- Para os fins desta pergunta, o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP se constitui em sítio eletrônico oficial, criado e mantido pelo Governo Federal, destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei 14.133/2021, entre outras funções. Link disponível em: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>; 2 - As informações objeto do presente questionamento se referem às seguintes publicações: Plano de Contratações Anual – PCA; avisos de contratação direta e editais de licitação e respectivos anexos; atas de registro de preços; e contratos e aditivos; e
3 - Referências legais: arts. 12, § 1º; 54, caput, e § 3º; art. 75, § 4º; art. 94, caput e § 3º; e art. 174, § 2º, inc. I a V; da Lei 14.133/2021

- Sim (*a)
 Não

QUESTÃO DISPONÍVEL APENAS PARA OS RESPONDENTES QUE TIVEREM ASSINALADO A ALTERNATIVA DESTACADA NA QUESTÃO ANTERIOR (*a)

É utilizado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para que tipo de publicações? *

1 - É possível assinalar mais de uma opção para a presente questão.

2 - Para os fins desta pergunta, o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP se constitui em sítio eletrônico oficial, criado e mantido pelo Governo

Federal, destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei 14.133/2021, entre outras funções. Link disponível em: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>; 3 - Referências legais: arts. 12, § 1º; 54, caput, e § 3º; art. 75, § 4º; art. 94, caput e § 3º; e art. 174, § 2º, inc. I a V; da Lei 14.133/2021

- Plano de Contratações Anual – PCA
- Avisos de Contratação Direta e Editais de Licitação e respectivos Anexos
- Atas de Registro de Preços
- Contratos e Aditivos

PARTE FINAL

Esta parte do **questionário** compreende questões discursivas, que conferem oportunidade ao **Estado, Município ou Unidade Gestora respondente** de apresentar comentários acerca de temas críticos relacionados à aplicação da Lei 14.133/2021.

As contribuições dos respondentes poderão ser avaliadas pela equipe de fiscalização, no intuito de agregar valor à avaliação de mérito, mas não refletirão no cálculo do índice de maturidade deste Órgão ou Entidade na implementação da lei.

É possível ainda avaliar os comentários sob a ótica dos dados consolidados de toda a Administração Pública, apontando os desafios e oportunidades revelados pelo diagnóstico global.

As questões desta parte não serão consideradas para efeito do cálculo do Índice de Maturidade institucional para fins de implementar a Lei 14.133/2021.

Considerando uma escala de 0 a 10, e tendo em vista todos os aspectos tratados neste questionário, qual a percepção do Estado, Município ou Unidade Gestora respondente quanto ao seu estágio atual de maturidade institucional para implementar a Lei 14.133/2021? *

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10

O Estado, Município ou a Unidade Gestora respondente vem realizando, no ano de 2024, processos licitatórios e de Contratação Direta com base na normatização anterior (Lei 8.666/1993; 10.520/2002 e os arts.1º a 47-A da Lei 12.462/2011)? *

- Sim, até 20% do total dos procedimentos promovidos no ano de 2024.
- Sim, entre 20% e 40%, do total dos procedimentos promovidos no ano de 2024.
- Sim, entre 40% e 60%, do total dos procedimentos promovidos no ano de 2024.
- Sim, entre 60% e 80%, do total dos procedimentos promovidos no ano de 2024.
- Sim, acima de 80% do total dos procedimentos promovidos no ano de 2024.
- Não foram promovidos procedimentos com base na normatização anterior no ano de 2024.



Descreva os principais desafios e dificuldades enfrentados pelo Estado, Município, ou Unidade Gestora respondente para a implementação da Lei nº 14.133/2021.

Descreva quais ações ou medidas, a cargo de Órgãos ou entidades da Administração Pública externos ao respondente, poderiam ser colocadas em prática para auxiliar o Estado, Município ou Unidade Gestora respondente no enfrentamento ou mitigação dos desafios e dificuldades institucionais relatados na questão anterior.

Descreva, caso exista, alguma boa prática adotada no âmbito do Estado, Município ou da Unidade Gestora respondente, ou algum fator (organizacional ou individual) que favorece a implementação da Lei 14.133/2021.

Este conteúdo não é criado nem endossado pela Microsoft. Os dados que você enviar serão enviados ao proprietário do formulário.

Microsoft Forms

